

Sumário

Prefácio, ix

Introdução, 1

Parte I – Jurisdição, 5

1 Conceito de jurisdição, 7

2 Da atividade jurisdicional, 11

3 Características da atividade jurisdicional, 14

4 Princípios informativos da jurisdição, 18

5 Classificação, 21

5.1 Jurisdição civil e penal, 21

5.2 Jurisdição contenciosa e voluntária, 22

5.3 Jurisdição de direito e de equidade, 26

6 Jurisdição e os poderes do juiz, 30

6.1 Evolução histórica: breves considerações, 31

6.2 Disposição da matéria na legislação processual, 39

6.3 Principais classificações, 41

Parte II – Direito e sua Aplicação, 47

7 Interpretação: conceito, 49

7.1 Métodos de interpretação, 51

7.1.1 Interpretação autêntica e doutrinal, 53

7.1.2 Interpretação segundo os elementos gramatical, lógico, histórico e sistemático, 55

7.1.3 Interpretação conforme a Constituição, 59



8 Integração da lei: o problema das lacunas, 64

- 8.1 Métodos de integração: analogia, costumes e princípios gerais de direito, 66
- 8.2 Equidade, 72
- 8.3 A força dos precedentes, 77
 - 8.3.1 Súmulas vinculantes e impeditivas de recursos e outras técnicas de valorização dos precedentes, 84

9 O novo modelo normativo: sistema jurídico composto de princípios e regras, 89

- 9.1 A proporcionalidade: vetor importante na atuação do juiz, 95
- 9.2 Os princípios processuais e a proporcionalidade, 100
- 9.3 Novas técnicas legislativas: normas de conteúdo aberto ou cláusulas gerais, 108
 - 9.3.1 A propriedade e sua função social, 111
 - 9.3.2 Função social dos contratos, 114
 - 9.3.3 Boa-fé objetiva, 117
 - 9.3.4 A boa-fé objetiva no Direito Processual, 120

Parte III – Exemplos de Aplicação Valorativa das Normas Processuais, 129

10 Admissibilidade da petição inicial e a congruência entre o pedido e a providência outorgada, 131

11 O exame das condições da ação e sua flexibilização, 136

- 11.1 A legitimidade de parte nas ações coletivas, 141

12 A antecipação da tutela: requisitos e fungibilidade, 146

13 Tutela condenatória às obrigações de fazer, não fazer e dar, 151

14 Poderes de instrução e inversão do ônus da prova, 159

15 Sentença: relevância da fundamentação e interpretação do seu conteúdo, 166

16 Poderes do relator no processamento e no julgamento dos recursos, 173

Conclusões, 179

Referências bibliográficas, 187